

ECONOMIA

P.06

PORTAGENS VÃO AUMENTAR 2,21% NO ARRANQUE DO PRÓXIMO ANO

PAÍS

P.05

UM QUARTO DOS PROFISSIONAIS DE EMERGÊNCIA MÉDICA TEM 'STRESS' PÓS-TRAUMÁTICO

POLÍTICA

P.04

ADIAMENTO DE MOÇÃO DE CENSURA A ALBUQUERQUE CONTRARIA REGIMENTO

OPINIÃO

P.07

PROMETIDO E CUMPRIDO!

FRANCISCO GOMES
DEPUTADO

DESTAQUE

P.03

CHEGA PEDE DEMISSÃO DA MINISTRA DA SAÚDE APÓS MORTES POR ATRASOS DO INEM

ATUALIDADE

REVISÃO CONSTITUCIONAL CHEGA QUER

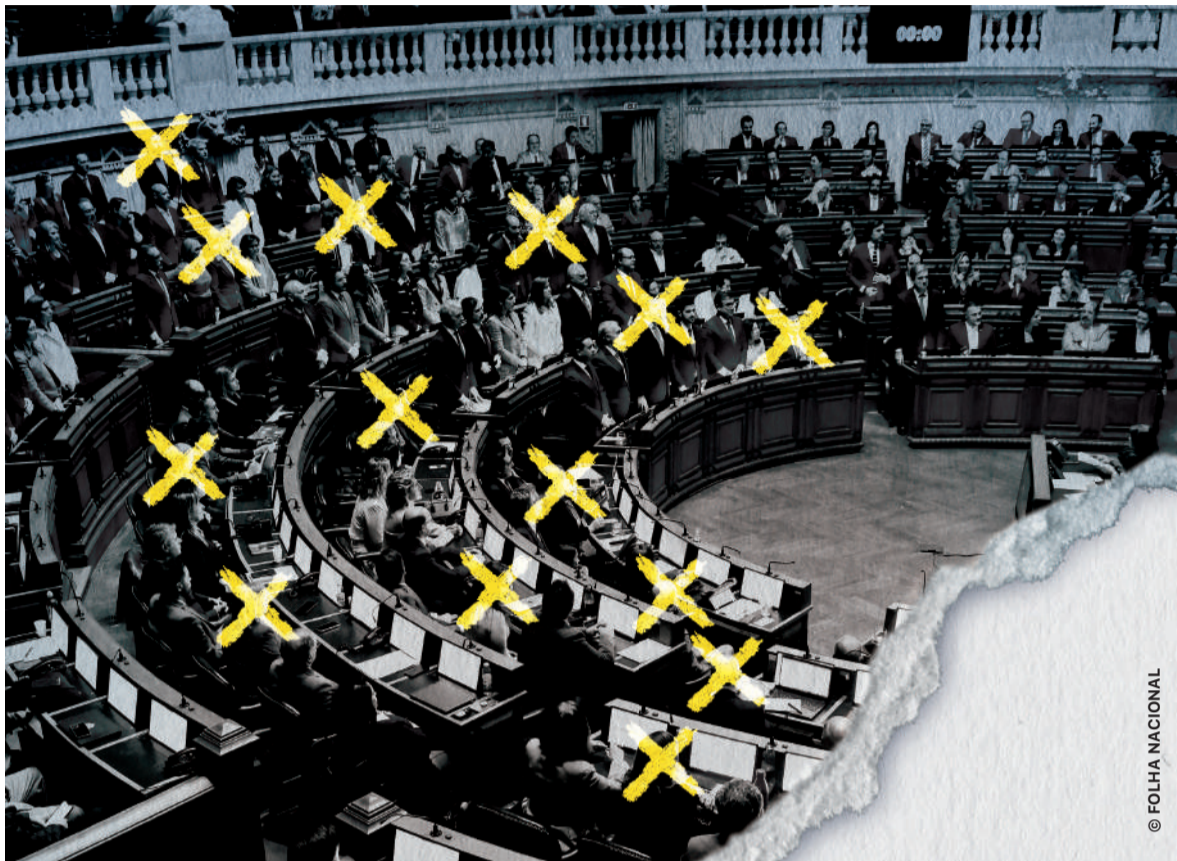
REDUZIR

O NÚMERO DE DEPUTADOS NO PARLAMENTO

P. 02

Capture o código QR
e acompanhe Online





CHEGA QUER REDUZIR O NÚMERO DE DEPUTADOS NO PARLAMENTO

POR FOLHA NACIONAL

Desencadear um novo processo de revisão constitucional para reduzir de 230 para 150 o número de deputados na Assembleia da República é um "objetivo fundamental" do grupo parlamentar do CHEGA. O anúncio foi dado pelo líder do partido, André Ventura, em comunicado enviado às redações, no passado domingo, que salientou que irá "propor que os artigos a rever sejam limitados e, sobretudo, concentrados na reforma do sistema político português, nomeadamente em termos de composição dos órgãos, regras de transparência, imunidade e competências." O objetivo desta nova revisão constitucional passa, igualmente, pelo foco "na obtenção de consensos entre os três maiores partidos para uma alteração cirúrgica à Constituição da República que permita a modernização institucional e jurídica de que o país precisa". O processo deverá ter início "logo que terminem os trabalhos orçamentais", que se estendem até final de novembro, tentando assim contornar o que

aconteceu na última legislatura, quando ocorreu "uma interrupção súbita, bem como a falta de vontade evidenciada pelo PS, que impediram a conclusão de uma reforma constitucional que é necessária e fundamental a Portugal", vinca Ventura.

Note-se que, na última legislatura, iniciou-se um processo de revisão constitucional,

"A interrupção súbita da última legislatura, bem como a falta de vontade evidenciada pelo PS, impediram a conclusão de uma reforma constitucional que é necessária e fundamental a Portugal", vinca Ventura

interrompido a novembro de 2023, após o anúncio de dissolução do Parlamento e eleições antecipadas. Esse 12.º processo de revisão da Constituição da República Portuguesa (só sete foram concluídos com sucesso)

tinha sido desencadeado também com a apresentação de um projeto do CHEGA, em outubro de 2022, seguido por todas as bancadas e deputados únicos, num total de oito projetos e 393 propostas de alteração, revogação e aditamento de artigos à lei fundamental.

Devido à dissolução do Parlamento, aquela que seria a oitava revisão da Constituição - quase 20 anos depois da anterior mudança (2005) - ficou mais uma vez pelo caminho, sendo possível uma revisão ordinária na atual legislatura. Sobre este assunto, o presidente da Assembleia da República, José Pedro Aguiar-Branco, debruçou-se apenas sobre a importância da "existência de uma maior proximidade entre os deputados e os cidadãos das diferentes regiões", sendo "essencial para reforçar a qualidade da democracia".

Segundo o jornal Público, o presidente do Parlamento defendeu que uma representatividade mais próxima traduz "um Parlamento interessado nas políticas de proximidade" e "ajuda, por via do exemplo,

a aproximar os eleitos dos eleitores", reforçando a "qualidade da democracia".

Em concreto, sobre a intenção do CHEGA, Aguiar-Branco descartou, respondendo que "quando [o pedido] entrar será constituída nos termos processuais uma comissão eventual, que avaliará o pedido. Depois haverá um mecanismo processual que se desenvolve em função desse pedido e que terá também de ser aprovado o processo de revisão por dois terços dos deputados."

Mas esta intenção do CHEGA, de avançar com uma nova revisão constitucional e reduzir o número de deputados no Parlamento, não surge de agora. Em 2020, o partido liderado por Ventura já havia anunciado a sua intenção de querer mudar a Constituição da República para reduzir o número de deputados no Parlamento. O CHEGA entregou, há cerca de quatro anos, uma proposta no Parlamento para que a Constituição da República permitisse "uma redução mais drástica do número de deputados". "Não precisamos de 230 deputados. Cem cumpririam perfeitamente essas funções. Alguns deputados servem apenas para fazer distribuição de favores", disse André Ventura, em declarações ao Jornal i, na altura.

O líder do CHEGA considerava que um Parlamento com menos deputados poderia ser "mais forte, mais dinâmico", e com "menos custos".

"O Parlamento, como está montado, é muito caro", acrescentou André Ventura. O projeto de revisão constitucional do CHEGA, em 2020, defendia que "um Parlamento com menos deputados não representava nunca, ao contrário do que muitos afirmavam, um Parlamento menos capaz, menos representativo ou mais distante do povo. Muito pelo contrário, exigirá dos seus deputados um comprometimento muito maior com as suas funções", justificou.

A proposta referia ainda que a redução do número de deputados acompanharia os sacrifícios feitos pelos portugueses: "Os portugueses não compreenderão, por muito mais tempo, que quem os representa e lhes exige, diariamente, sacrifícios pelo país, não implemente, no Parlamento, o mesmo paradigma e postura: menos gastos, menos excessos, menos quantidade e maior eficiência". Saliente-se que, de acordo com a Constituição, a Assem-

bleia da República pode rever a Lei fundamental decorridos cinco anos sobre a data da publicação da última lei de revisão ordinária e a iniciativa pode partir de qualquer deputado. "Apresentado um projeto de revisão constitucional, quaisquer outros terão de ser apresentados no prazo de trinta dias", diz ainda a Constituição, que determina que qualquer alteração tenha de ser aprovada por maioria de dois terços. Na atual legislatura, tal como na anterior, apenas PSD e PS somam os dois terços dos deputados necessários para rever a Constituição, não sendo possível alterar qualquer artigo, se pelo menos um dos dois maiores partidos for contra.

Para Ventura, "os portugueses não compreenderão que quem os representa e lhes exige sacrifícios pelo país, não implemente, no Parlamento, o mesmo paradigma: menos gastos, menos excessos, menos quantidade e maior eficiência".

No anterior processo de revisão, duas das áreas em que PS e PSD tinham registado consenso, era na possibilidade de incluir na Constituição o isolamento de doentes graves e contagiosos sem recurso ao estado de emergência ou o acesso pelos serviços de informações a metadados de comunicações, recorda o Observador.

O reforço dos direitos ambientais e dos animais ou a modernização da linguagem constitucional eram outras das mudanças à vista, num processo em que o PS até demonstrou abertura para algumas alterações pontuais no sistema político, área que tinha rejeitado à partida mexer.





CHEGA PEDE DEMISSÃO DA MINISTRA APÓS MORTES POR ATRASOS DO INEM

POR FOLHA NACIONAL

O número de mortes associadas a atrasos no atendimento pelo Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM), subiu para 11, até terça-feira, uma situação que tem vindo a agravar-se desde que os técnicos de emergência pré-hospitalar suspenderam as horas extraordinárias. Tudo começou em Matosinhos, a 4 de novembro, quando uma mulher que se sentiu mal aguardou pela chegada do INEM, durante cerca de 30 minutos, não resistindo antes que pudesse ser socorrida. Casos semelhantes sucederam-se noutras localidades, como por exemplo, duas ocorrências de emergência, relatadas pelos Bombeiros Voluntários de Pombal, que não obtiveram resposta do INEM e que acabaram por falecer dois homens, de 53 e 90 anos; e outro caso em Ansião, onde um idoso de 95 anos perdeu a vida enquanto aguardava atendimento, após uma chamada para o 112. Em resultado, a Inspeção-Geral das Atividades em Saúde (IGAS) abriu um inquérito para averiguar os atrasos noticiados e as circunstâncias que poderão ter contribuído para as mortes recentes. Entretanto, cresce a pressão sobre a ministra da Saúde, Ana Paula Martins. Segundo o Expresso, a ministra da Saúde recebeu dois avisos sobre a greve dos técnicos de emergência do INEM, o primeiro com data

a 10 de outubro, mas não tomou medidas preventivas. Ana Paula Martins afirmou ter sido “surpreendida” pela paralisação, o que gerou controvérsia e críticas por parte de vários setores. O presidente do partido CHEGA reagiu aos acontecimentos exigindo a demissão das ministras da Saúde e da Administração Interna, classificando-as como “ativos tóxicos” do Governo. Para André Ventura, não restam dúvidas de que “Ana Paula Martins é culpada pelas mortes que se têm verificado”, acusando a ministra de “negligência” por ter ignorado o apelo do INEM. Em linha, o CHEGA vai também apresentar, no parlamento, uma recomendação ao Governo que censura a ministra da Saúde e pede a sua substituição, na sequência das falhas de atendimento do INEM. “Vamos dar tempo ao primeiro-ministro de poder fazer as alterações que acho que são urgentes e prementes fazer no Governo. Caso isso não seja feito no tempo do Orçamento do Estado, daremos entrada de uma condenação formal da ministra da Saúde no parlamento, recomendando e exigindo ao Governo a sua substituição”, afirmou Ventura.

Afinal, não são onze mortes
Um jovem entre 18 e 20 anos tentou suicidar-se, na semana passada, num estabelecimento prisional, em Leiria, e não teve auxílio médico a

tempo de ser salvo – uma informação a que o Presidente do CHEGA teve acesso. “É inadmissível em qualquer país civilizado do mundo que morra um jovem de 18 anos num estabelecimento [prisional] do Estado, por falta de auxílio médico e que a ministra insista em manter-se em funções. É algo nunca visto

“Vamos dar tempo ao primeiro-ministro de poder fazer as alterações que acho que são urgentes e prementes fazer no Governo. Caso isso não seja feito no tempo do Orçamento do Estado, daremos entrada de uma condenação formal da ministra da Saúde no parlamento, recomendando e exigindo ao Governo a sua substituição”, afirmou André Ventura.

na democracia portuguesa”, declarou aos jornalistas. Ventura reforçou ainda que “em qualquer país decente do mundo, esta ministra já não estava, e este conselho diretivo do INEM, depois do que hoje conhecemos, também já não estava”. “É uma negligência que é claramente extensível ao presidente do INEM e ao conselho diretivo do INEM”, arrematou.



EDITORIAL

por RICARDO DIAS PINTO
SUDIRETOR DO FOLHA NACIONAL

A INTOXICAÇÃO DE ESQUERDA NA COMUNICAÇÃO SOCIAL!

A recente eleição de Donald Trump, veio, mais uma vez, colocar em cheque a forma como a Comunicação Social em Portugal - e não só - faz o seu trabalho.

Foram raríssimos os momentos de isenção de uma média “mainstream”, que cada vez mais se põe a si própria numa posição difícil, de absoluto e total descrédito, mentindo com “tudo o que tem para dar”, motivada, quiçá, por uma paixão cega pelos “ventos de esquerda” que abrandam o seu sopro, ou pior, por uma desonestidade e falta de ética profissional profundas, que já não conseguem calar. Tudo isto, provavelmente, na esperança de criar um mundo à sua imagem. À imagem de uma realidade parela, com a qual sonham, mas que cada vez está mais distante das pessoas comuns.

Em uníssono, a maioria dos comentadores, jornalistas, canais de televisão ou jornais – justiça seja feita aos muito poucos que a isso resistem - foram tentando fazer crer ao mundo, o seu muito próprio “conto de fadas”, deixando para trás profissionalismo, qualidade, ética e rectidão. Não é difícil perceber porque estão as empresas de comunicação social portuguesas, cada vez mais nas “ruas da amargura”, falidas, inviáveis, de mão estendida ao Estado na esperança de mais um desafogo pago pelo dinheiro dos portugueses.

Também não é difícil entender que os sucessivos governos, antes do PS e agora da AD (PSD/CDS), vão cedendo à tentação de “dar a mão” a estas empresas, financiando e afirmando a pretensa proteção da democracia, pela “isenção” e pluralidade destes Órgãos de Comunicação Social, que à vista de todos, são os menos isentos e menos plurais, seguindo como que numa orquestra a batuta de um sistema que se alimenta e os alimenta num ciclo imparável e vicioso.

Vão claramente num mau caminho!

Os tempos mudaram e eles não entenderam:

Não há exercício de vitimização, afirmando, umas tantas vezes, uma falsa desinformação das redes sociais, que lhes valha, se persistirem neste erro.

Nós por cá, insistiremos no exercício da verdade, servindo-a semanalmente aos portugueses!

ADIAMENTO DE MOÇÃO DE CENSURA A ALBUQUERQUE CONTRARIA REGIMENTO

FONTE: FOLHA NACIONAL

A discussão da moção de censura apresentada pelo partido CHEGA contra o Governo da Madeira, liderado por Miguel Albuquerque, foi adiada para 17 de dezembro, contrariando o regimento. O regimento diz que o debate deve ser realizado no oitavo dia após a apresentação da moção, tendo prevalência sobre a discussão do orçamento regional. Segundo o artigo 200º estipulado no regimento, a moção, que foi entregue no dia 6 de novembro, deveria ser discutida no dia 18 do mesmo mês. No entanto, a votação do

requerimento foi aprovada com os votos favoráveis do PS, CDS-PP e PAN, enquanto o Juntos pelo Povo (JPP) se absteve, e a IL optou por não participar. O CHEGA foi o único partido a votar contra o adiamento, argumentando que a decisão contraria o regimento parlamentar. Esta decisão surge após a aprovação de um requerimento do Partido Social Democrata (PSD), com o objetivo de priorizar a votação do Orçamento Regional, agendada para a semana anterior. A alteração no calendário legislativo poderá dar ao Governo de Miguel Albuquerque um fôlego adicional,

sendo este um movimento político já expectável. A moção de censura, uma vez discutida, terá ainda de reunir uma maioria para destituir o governo regional, necessitando dos votos favoráveis do CHEGA, do PS e do JPP, sendo que o PS, já anunciou que apoiará a queda do executivo na votação da moção, embora tenha surpreendido ao votar favoravelmente o adiamento da discussão, ficando a aprovação da moção nas mãos do JPP. O Grupo Parlamentar do CHEGA apresentou a moção de censura ao Governo Regional liderado por Miguel Albuquerque na Assembleia



Legislativa da Madeira, tendo Miguel Castro justificado a decisão com o facto de quatro secretários regionais serem arguidos em processos judiciais.

“Agora é a prova dos nove de quem é que está firme na luta contra a corrupção e de quem é que fala muito disso, mas, na verdade, vai ficar a segurar o Governo”, afirmou Ventura

O Presidente do CHEGA, André Ventura, afirmou também que a moção em questão será a “prova dos nove”

para se saber quem está firme no combate à corrupção e quem pretende segurar o executivo de Miguel Albuquerque. “Agora é a prova dos nove de quem é que está firme na luta contra a corrupção e de quem é que fala muito disso, mas, na verdade, vai ficar a segurar o Governo”, afirmou Ventura. O líder do CHEGA referiu ainda que “seria um pouco estranho que a JPP, que tanto lutou contra a corrupção na Região Autónoma da Madeira, contra o conluio, contra o compadrio, ficasse agora a assegurar o Governo de Miguel Albuquerque, mas em política tudo é possível”.

DIVERGÊNCIAS LEVAM A DEMISSÃO NO PARTIDO DE RUI TAVARES

FONTE: FOLHA NACIONAL

O dirigente do Livre José Azevedo, membro do partido desde a sua fundação, demitiu-se da direção, após “divergências com as posições do partido”. Em causa, está “o plano militar, em particular sobre os conflitos na Ucrânia e no Médio Oriente”, declara à agência Lusa José Azevedo, que fez parte da lista integrada por Rui Tavares, para o Grupo de Contacto do partido no congresso de maio. A verdade é que as divergências dentro do partido não ficam por aqui e, mais recentemente, o partido reuniu-se para contestar um documento, ao qual a Lusa teve acesso, assinado por seis membros deste órgão (de um total de 50) que contestavam a subscrição do partido a um comunicado dos Verdes Europeus. Estes dirigentes queixam-se que a subscrição do Livre foi feita “sem consulta prévia dos seus membros e apoiantes e que foram informados desta tomada de posição por fontes externas ao Livre, tornando este processo pouco transparente e causando desconforto entre os seus filiados”.

Divergências dentro do Livre alargam-se até à contestação de um documento, ao qual a Lusa teve acesso, subscrito por seis membros deste órgão (de um total de 50) que contestavam a subscrição, pelo partido, do comunicado dos Verdes Europeus.

No texto, que está em formato de moção de rejeição, pode-se ler que os dirigentes querem que a Assembleia do Livre condene o comunicado dos Verdes Europeus e acusam a direção de ter tomado uma “decisão unilateral” que “contornou o órgão deliberativo do partido e o órgão máximo entre Congressos”. “Consideramos que a subscrição do Livre careceu de um debate interno. Apelamos a uma maior ponderação na tomada de decisões políticas e a uma revisão alargada sobre o papel do Livre no seu partido europeu”, finalizam.

GOVERNO DEFENDE FIM DA PUBLICIDADE NA RTP



FONTE: FOLHA NACIONAL

O ministro dos Assuntos Parlamentares, Pedro Duarte, defendeu no parlamento o fim da publicidade da RTP, apesar das fortes críticas da oposição. Durante a audição, no âmbito do Orçamento do Estado para 2025 (OE2025), o ministro foi criticado por toda a oposição, pela decisão do Governo em acabar com a publicidade da RTP, até 2027, “por retirar meios à estação televisiva e colocar nos contribuintes o seu financiamento”, sendo

Pedro Duarte defendeu que “apesar das fortes críticas da oposição, o Governo não se mostra disponível para mudar de posição quanto ao assunto”, justificando que “o fim da publicidade é uma oportunidade para chegar a mais e novos públicos.”

questionado sobre como é que o Governo pretende compensar a perda de receita. Ainda assim, Pedro Duarte defendeu que “apesar das fortes críticas da oposição, o Governo não se mostra disponível para mudar de posição quanto ao assunto”, justificando que “o fim da publicidade é uma oportunidade para chegar a mais e novos públicos.” O governante salientou ainda que o executivo está a fazer um “investimento sem memória na RTP” de 14,3 milhões de euros. Perante estas declarações, a deputada do CHEGA, Patrícia Carvalho, não poupou críticas à decisão do Governo e vinco que “no final da história, são os contribuintes que vão pagar ainda mais a RTP”. Sobre um relatório do mês de outubro, o Conselho Geral Independente (CGI) sublinhou que o Plano de Ação para a Comunicação Social teve um impacto financeiro relevante no orçamento da RTP, pelo que o CGI considera que o “Estado deve assegurar uma compensação financeira adequada”, o que levou a deputada do CHEGA a questionar novamente o ministro: “esta compensação financeira serão, mais uma vez, os portugueses a pagar como os seus impostos? Porque o senhor ministro tem esta ideia idílica de que a RTP não pode ter publicidade”.

UM QUARTO DOS PROFISSIONAIS DE EMERGÊNCIA MÉDICA TEM 'STRESS' PÓS-TRAUMÁTICO



FONTE: LUSA

Aproximadamente 23% dos profissionais de emergência médica, entrevistados num estudo divulgado recentemente, apresentava sintomas de 'stress' pós-traumático, o que afeta negativamente a rapidez e precisão nas decisões em situações de socorro às vítimas. O estudo, que envolveu a participação de 368 profissionais de emergência médica, maioritariamente bombeiros, dos distritos de Lisboa e do Porto, explorou o efeito do 'stress' pós-traumático na capacidade de decisão em situações de emergência médica, através de cenários de realidade virtual em que os participantes tiveram de realizar determinadas tarefas. "Há muita evidência de que estes profissionais são um grupo de risco para o desenvolvimento de perturbação de 'stress' pós-traumático (PSPT), porque estão diariamente expostos a acontecimentos traumáticos", disse à Lusa Ricardo Pinto, que liderou a equipa de investigação do HEI-Lab – Laboratórios Digitais de Ambientes e Interações da Universidade Lusófona. No entanto, "não havia nada na literatura que demonstrasse que haveria alguma rela-

ção entre a sintomatologia de 'stress' pós-traumático com a tomada de decisão no momento do socorro às vítimas". Os resultados do estudo, publicado recentemente na revista norte-americana *Journal of Trauma and Dissociation*, indicam que a exposição frequente aos acontecimen-

Há muita evidência de que estes profissionais são um grupo de risco para o desenvolvimento de perturbação de 'stress' pós-traumático (PSPT), porque estão diariamente expostos a acontecimentos traumáticos

tos traumáticos melhora a rapidez e precisão nas decisões dos profissionais, o que se deve provavelmente à aquisição de experiência que vão adquirindo à medida que se vão confrontando com vários cenários extremos. Contudo, quando os profissionais, que podem ter 10 ou 20 anos de experiência, desenvolvem sintomas de perturbação de 'stress' pós-traumático (PSPT), as suas decisões começam a ser comprometidas, o que

pode afetar a segurança das vítimas. "Verificámos que aqueles profissionais que tinham sintomas de PSPT eram mais lentos a tomar a decisão e erravam mais comparativamente aos colegas que não tinham estes sintomas", disse Ricardo Pinto. Para os investigadores, o facto de 23% dos profissionais de emergência apresentarem estes sintomas é alarmante e revela "a gravidade da exposição a acontecimentos traumáticos". Para Ricardo Pinto, este número poderá vir a agravar-se, tendo em conta o contexto em que o Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) e outros serviços de emergência enfrentam desafios significativos, como a falta de pessoal e dificuldades nas condições de trabalho. "Esta situação é problemática porque num momento em que há uma elevada preocupação com catástrofes naturais, espera-se que os serviços de emergência atuem rapidamente e tomem decisões acertadas. Todavia, a falta de atenção à saúde mental dos profissionais pode prejudicar a eficácia das intervenções, não apenas afetando os profissionais, mas também aqueles que necessitam de ajuda", salienta.

CONFIRMADOS SETE PROCESSOS DE INVESTIGAÇÃO À GESTÃO DA SANTA CASA

FONTE: LUSA TÍTULO: FN

A Procuradoria-Geral da República confirmou, num ofício enviado à Assembleia da República (AR), a existência de sete processos relativos à gestão da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), três dos quais em segredo de justiça. Num ofício a que a Lusa teve acesso, dirigido ao presidente da AR, José Pedro Aguiar-Branco, a anterior Procuradora-Geral da República, Lucília Gago, confirma a sinalização de sete processos "potencialmente relacionados com algumas das matérias objeto da resolução relativa à constituição de uma comissão parlamentar de inquérito à gestão estratégica e financeira e à tutela política da SCML". A antiga Procuradora-Geral refere apenas que foram sinalizados cinco processos em fase de inquérito, dois dos quais a correr no Departamento de Investigação e Ação Penal de Lisboa e três no Departamento de Investigação e Ação Penal Regional de Lisboa. Em junho, a AR constituiu uma comissão parlamentar de inquérito à gestão SCML, que vai investigar as decisões de gestão estratégica e financeira da instituição nos últimos 13 anos.

SURTO DE LÍNGUA AZUL JÁ PROVOÇOU PREJUÍZOS DE 6 MILHÕES DE EUROS

FONTE: LUSA

A Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP) afirmou que o surto de língua azul se agravou, com prejuízos acima de seis milhões de euros e sem capacidade para recolher os animais mortos devido à doença. Em comunicado, a CAP alertou para um aumento da mortalidade desde o início de setembro, período em que se contabilizaram "mais 40 mil mortes entre a população de ovinos, face a igual período do ano passado" e que o setor "precisou urgentemente de ajudas". Nesse sentido, a confederação agrícola registou que os prejuízos com a febre catarral ovina já ultrapassaram os seis milhões de euros e que os efeitos poderão agravar-se. A febre catarral ovina ou língua azul é uma doença viral, de notificação obrigatória, que afeta os ruminantes e não é transmissível a humanos, sendo a sua transmissão feita através de um mosquito. Para conter os efeitos, a CAP insta a inclusão imediata da vacinação obrigatória contra o serotipo 3 da língua azul para ovinos e bovinos no Programa de Sanidade Animal sem encargos para os produtores.

SNS ATENDE MAIS DE 50 MIL ESTRANGEIROS SEM SEGURO OU PROTOCOLO

FONTE: LUSA

Mais de 50.000 estrangeiros sem seguro ou protocolo foram atendidos no Serviço Nacional de Saúde (SNS) desde o início do ano e até 20 de setembro, anunciou a ministra da Saúde, Ana Paula Martins, que respondia aos deputados das comissões parlamentares de Orçamento e Finanças e da Saúde, no âmbito do Orçamento do Estado para 2025 (OE2025), disse ainda que a percentagem de estrangeiros nestas condições assistidos no SNS tem vindo a aumentar. Exemplificando, disse que a percentagem de pessoas atendidas no SNS sem seguros ou protocolos tem aumentado, passando de 32% em 2021 para 37% em 2022, 40% em 2023 e, este ano, até setembro, para 47%. No total, até 20 de setembro, foram atendidos no SNS, 50.065 nestas condições. Em outubro, à margem da cerimónia dos 125 anos da Direção-Geral da Saúde, a governante considerou que o turismo de saúde é uma "matéria sensível" com alguns contornos que têm de ser investigados, mas reforçou que o SNS "não deixa ninguém à porta".

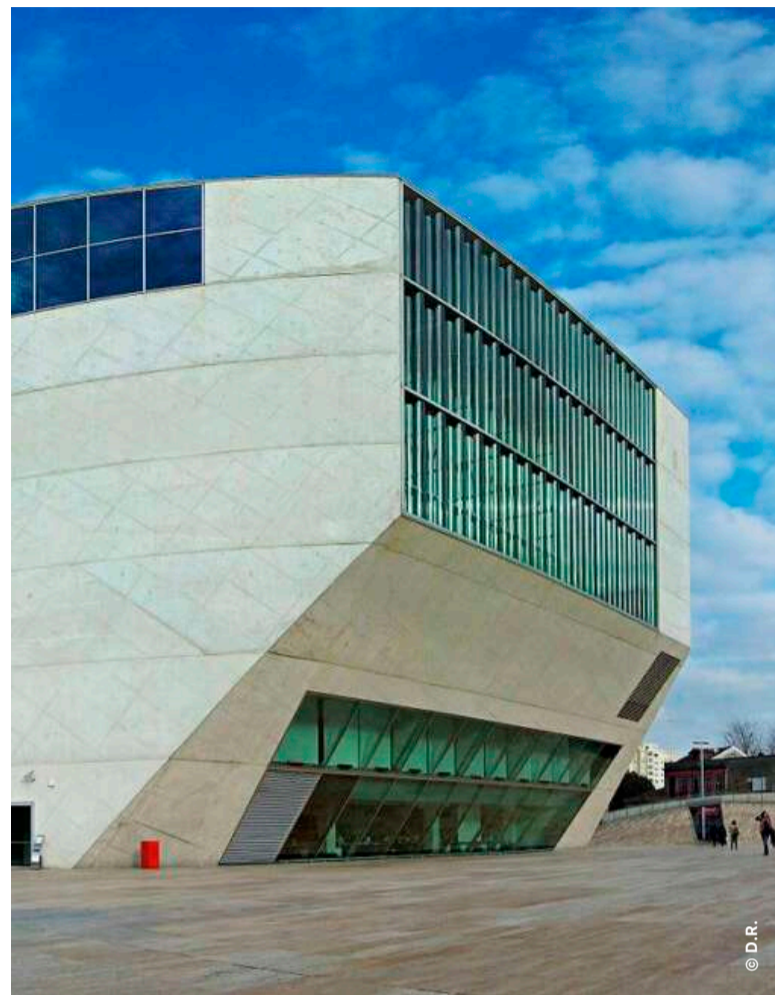
CONFIRMADAS ILEGALIDADES NA CONTRATAÇÃO PÚBLICA NA CASA DA MÚSICA

FONTE: LUSA TÍTULO: FN

O Tribunal de Contas (TdC) confirmou que foram cometidas ilegalidades em várias contratações públicas na Casa da Música, no Porto, entre 2017 e 2022, mas não aplicou multas aos administradores responsáveis, em face de melhorias recentes nos procedimentos. De acordo com um relatório publicado, relativo a uma Ação de Auditoria de Responsabilidade Financeira (ARF), desencadeada na sequência de uma denúncia anónima em julho de 2021, em causa estão "ilegalidades relativas à preterição de procedimentos e outros requisitos previstos no Código dos Contratos

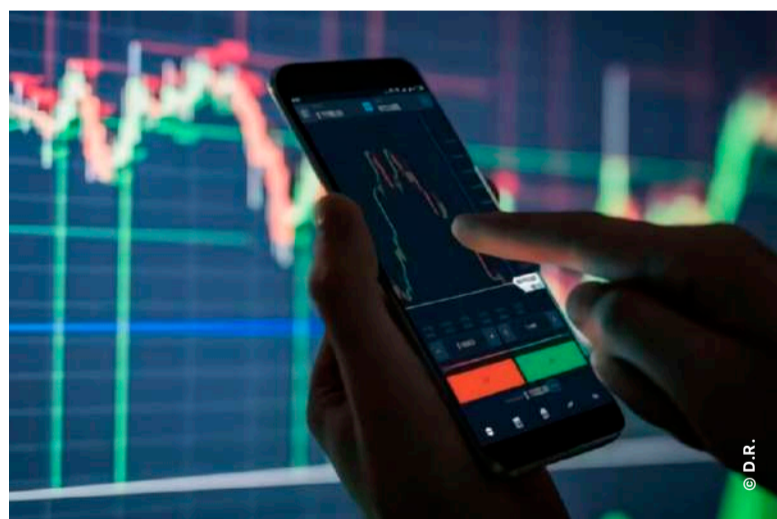
Públicos (CCP)". O relatório do TdC identificou ilegalidades em "aquisições de flores e decorações nos anos de 2018, 2019 a 2021", de seguros de acidentes de trabalho, multiriscos, multiriscos de instrumentos musicais, na manutenção de um contrato de telecomunicações além do prazo previsto, em "aquisições de serviços de alojamento/hotelaria", serviços de manutenção, aditamentos a contratos de segurança ou aquisição de serviços jurídicos. O TdC identifica nove infrações suscetíveis de consubstanciar a "violação de normas legais ou regulamentares relativas à contratação públi-

ca", com a respetiva sanção, de acordo com a "alínea l) do n.º 1 do artigo 65.º da LOPTC", a Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, que diz respeito a "responsabilidades financeiras sancionatórias" e prevê a "violação de normas legais ou regulamentares relativas à contratação pública, bem como à admissão de pessoal". Além disso, o aditamento ao contrato de manutenção "estava sujeito a fiscalização prévia do TdC e não podia ser executado financeiramente (pagamentos) antes da pronúncia deste Tribunal, n.º 1 do artigo 45.º, o que não sucedeu, em desrespeito destas normas".



© D.R.

DÍVIDA A PAGAMENTO DOS MUNICÍPIOS ACIMA DOS 4.500 MILHÕES



© D.R.

FONTE: LUSA TÍTULO: FN

O total da dívida a pagamento dos municípios portugueses aumentou 2,6% (114,3 milhões de euros), para 4.584,4 milhões de euros, com o contributo das contas de 148 destas autarquias, segundo o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses relativo a 2023. "Depois de decréscimos anuais sucessivos do passivo exigível [dívida que deve ser

paga dentro de determinado prazo] dos municípios entre 2013 e 2020, este cresceu em 2021 cerca de 2,1%, 1,5% em 2022 e 2,6% em 2023", segundo o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, da responsabilidade do Centro de Investigação em Contabilidade e Fiscalidade do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (CICF/IPCA) e com o apoio da Ordem dos Contabilistas Certificados e do Tribunal de

Contas, cuja 20.ª edição foi apresentada em Lisboa, na terça-feira. Segundo o documento, o total do passivo exigível foi, em 2023, de 4.584,4 milhões de euros, representando 65,5% do passivo total, com um aumento de 2,6% (114,3 milhões de euros). "Continuou a contribuir, essencialmente, para este aumento o acréscimo de valor de fornecedores e credores de curto prazo, neste ano económico, em 123,3 milhões de euros (9%), ao totalizar o valor de 1.495,5 milhões de euros", é destacado.

O aumento da dívida verificou-se sobretudo em nove distritos, na região autónoma da Madeira e em Lisboa, onde cresceu 159,2 milhões de euros.

O aumento da dívida verificou-se, sobretudo, em nove distritos e na Região Autónoma da Madeira, com destaque para o de Lisboa, onde cresceu 159,2 milhões de euros. Por municípios, o Anuário destacou a contribuição dos municípios de Braga (19,1 milhões de euros) e de Coimbra (16,6 milhões de euros) para o crescimento desta dívida.

PORTAGENS VÃO AUMENTAR 2,21% NO ARRANQUE DO PRÓXIMO ANO

FONTE: LUSA TÍTULO: FN

As portagens das autoestradas deverão aumentar 2,21% em 2025, tendo por base o valor da inflação homóloga sem habitação de outubro, confirmado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), acrescido dos 0,1% de compensação às concessionárias. A fórmula que estabelece a forma como é calculado o aumento do preço das portagens em cada ano está prevista no decreto-lei n.º 294/97 e estabelece que a variação, a praticar em cada ano, tem como referência a taxa de inflação homóloga sem habitação no continente, verificada no último mês, para o qual haja dados disponíveis antes de 15 de novembro, data-limite para os concessionários comunicarem ao Governo as suas propostas de preços para o ano seguinte. Em 2022, a evolução homóloga dos preços no continente, sem habitação, superou os 10%, valor que levou o Governo a negociar com as concessionárias uma solução que limitou a subida do valor das portagens em 2023 a 4,9%. Na ocasião, o então ministro das Infraestruturas, Pedro Nuno Santos, precisou que, além dos 4,9% de aumento

Ficou estabelecido que as concessionárias podiam aumentar em mais 0,1% o valor de atualização das portagens que decorre dos respetivos contratos de concessão. Em 2024, as portagens sofreram uma atualização superior a 2%

suportado pelos utilizadores das autoestradas, uma parte (2,8%) foram da responsabilidade do Estado, sendo o remanescente "até 9,5% ou 10,5%" suportado "pelas concessionárias". Mas, como compensação, ficou estabelecido que as concessionárias podiam, nos quatro anos seguintes, aumentar em mais 0,1% o valor de atualização das portagens que decorre dos respetivos contratos de concessão. Em 2024, as portagens sofreram uma atualização superior a 2%.

PORTUGAL ENVIA 100 OPERACIONAIS PARA VALÊNCIA

FONTE: LUSA

Portugal enviou, na passada terça-feira, uma força conjunta de proteção civil e forças armadas com mais de 100 operacionais para ajudar nas operações que decorrem em Valência, Espanha, após as inundações de há duas semanas. Em comunicado, a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) adianta que a força é constituída por 101 operacionais da proteção civil, bombeiros, Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) e 28 militares dos três ramos das Forças Armadas. Esta ajuda é enviada ao abrigo do pedido de ajuda internacional ao Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia. "A Força Conjunta está equipada com 40 veículos, dos quais 28 são operados por elementos da proteção civil, entre os quais, três retroscavadoras, uma motobomba de lama alto débito, seis eletrobombas de esgoto, uma motobomba esgoto de alto débito, um módulo de bombagem de lamas, cinco eletrobombas para lama", adianta a ANEPC. Por sua vez, Marinha, Exército e Força Aérea enviaram "12 veículos, designadamente, duas retroscavadoras, uma bomba de esgoto alto débito, duas motobombas esgoto, duas bombas esgoto pequeno débito, uma escavadora giratória, uma pá carregadora de rodas, dois camiões de transporte de terras e um Bobcat". Duas semanas após as inundações no sudeste de Espanha que causaram danos em 78 municípios e em que morreram mais de 220 pessoas, continuam os trabalhos de limpeza das zonas afetadas e sucedem-se os alertas e recomendações às populações por temor a problemas de saúde pública.



© LUSA | BIEL ALIÑO



OPINIÃO

por FRANCISCO GOMES | DEPUTADO

PROMETIDO E CUMPRIDO!

O CHEGA-Madeira é um partido que tem gravada na sua matriz a luta intransigente contra a corrupção, o compadrio e a gestão danosa da causa pública. Tal princípio não é mero tema de campanha, mas um valor político do qual o partido não abdica e que norteia a sua luta em prol da lealdade para com os cidadãos e da integridade dos processos governativos. Durante a análise do programa de governo, o grupo parlamentar do CHEGA-Madeira tomou a decisão mais difícil, colocando os interesses dos madeirenses acima dos do partido. Em vez de trilhar o caminho mais vantajoso, que teria sido provocar novas eleições, o CHEGA-Madeira optou por viabilizar um programa que se mostrou essencial para a estabilidade da região, pois trouxe benefícios, tais como o pagamento do subsídio de insularidade, o desbloqueio de carreiras profissionais e ajudas a instituições e empresas. Contudo, a resposta do governo regional a esta abertura não foi de humildade. Em vez de aproveitar a oportunidade para corrigir o rumo, a liderança de Albuquerque mostrou-se incapaz de afastar as influências de certos interesses. A passividade revelada na luta contra tais pressões obrigou o cidadão comum a continuar refém de uma elite que se julga dona da Madeira. Para agravar a situação, o governo de Albuquerque mais se afundou no pântano com mais de metade do executivo a ver exposto o seu envolvimento em relações promíscuas entre o poder político e o económico, que ilustram um quadro desonroso para a política regional. Esses casos foram a gota de água que fez transbordar o copo da tolerância do CHEGA-Madeira, e, com razão, o partido talhou a margem de manobra que, em nome dos madeirenses, tinha concedido a Albuquerque, a qual ele se revelou incapaz de honrar. Assim, o CHEGA-Madeira assumiu a liderança da oposição, apresentando uma moção que abre as portas a um novo ciclo político. Através de uma estratégia inteligente, o partido conseguiu realizar o que nenhum outro alcançou, isto é, catalisar uma reforma profunda na governação madeirense. Hoje, o futuro da Madeira está associado à ação do CHEGA-Madeira, o verdadeiro defensor de um novo modelo de governação que queremos pautado por ética e transparência. Com convicção, o CHEGA-Madeira afirmou: "Com Albuquerque, não!". Com inteligência, cumpriu!

ALEMANHA DEVERÁ TER ELEIÇÕES ANTECIPADAS EM FÉVEREIRO

FONTE: LUSA TÍTULO: FN

Alemanha terá eleições antecipadas a 23 de fevereiro de 2024, de acordo com informações avançadas por vários meios de comunicação alemães, que citam fontes dos grupos parlamentares do Partido Social Democrata (SPD) e da União Democrata-cristã (CDU). Os grupos parlamentares da CDU e do SPD terão chegado a acordo sobre uma proposta de eleições legislativas antecipadas com o acordo do Partido Democrático Liberal (FDP, em sigla alemã) e dos Verdes. A 16 de dezembro, o chanceler Olaf Scholz, do SPD, deverá submeter-se a uma moção de confiança no parlamento alemão (Bundestag) depois da demissão do ministro das Finanças, Christian Lindner (do FDP) que precipitou o fim da coligação "semáforo". Inicialmente, Scholz pretendia convocar uma moção de confiança a 15 de janeiro, o que levaria a Alemanha a ir a votos no final de março, seis meses antes do previsto. Depois da pressão de outros partidos e da opinião pública, mostrou flexibilidade. "Não tenho qualquer problema em convocar uma moção de confiança antes do Natal, se todos estiverem de acordo", revelou.

NETANYAHU E TRUMP DISCUTEM "AMEAÇA IRANIANA"



FONTE: LUSA

O primeiro-ministro israelita, Benjamin Netanyahu, falou com o presidente eleito dos EUA, Donald Trump, sobre "a ameaça iraniana", naquela que é já a terceira conversa entre ambos, desde as eleições de 5 de novembro. "Nos últimos dias falei por três vezes com o presidente eleito Donald Trump (...). Temos a mesma visão sobre a ameaça iraniana em todos os seus aspetos", declarou Netanyahu no conselho de ministros, de acordo com um comunicado do seu gabinete citado pela agência AFP. As conversações entre os dois responsáveis destinam-se "a fortalecer ainda mais a aliança sólida entre Israel e os Estados Unidos", detalha o comunicado.

PARLAMENTO EUROPEU REALIZA SESSÃO PARA ASSINALAR MIL DIAS DE GUERRA NA UCRÂNIA

FONTE: LUSA TÍTULO: FN

A presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola, anunciou uma sessão plenária extraordinária na terça-feira, 19 de novembro, em Bruxelas, para assinalar os 1.000 dias de guerra na Ucrânia causada pela invasão russa. "É com orgulho que anunciamos uma sessão plenária extraordinária do Parlamento Europeu, dia 19 de novembro, para assinalar os 1.000 dias de bravura e coragem do povo da Ucrânia" na capital belga, anunciou Roberta Metsola. "O Presidente Zelensky vai juntar-se a nós para um discurso especial a partir da Ucrânia", adianta a responsável. A ideia é demonstrar que a União Europeia (UE) irá apoiar a Ucrânia "durante o tempo que for necessário", conclui Roberta Metsola na publicação. A Ucrânia tem contado com ajuda financeira e em armamento dos aliados ocidentais, principalmente da UE, desde que a Rússia invadiu o país, a 24 de fevereiro de 2022. Os aliados de Kyiv também têm decretado sanções contra setores-chave da economia russa para tentar diminuir a capacidade de Moscovo de financiar o esforço de guerra na Ucrânia.

TRUMP NOMEIA ELON MUSK PARA LIDERAR "EFICIÊNCIA GOVERNAMENTAL"

O presidente eleito dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciou que vai nomear o homem mais rico do planeta, o empresário Elon Musk, para chefiar um novo departamento de "eficiência governamental", juntamente com o empresário Vivek Ramaswamy. "Juntos, vão traçar um caminho para a minha administração, desmantelar a burocracia governamental, reduzir a regulamentação excessiva, cortar nas despesas desnecessárias e reestruturar as agências federais", disse o magnata.

CRIMES EM LARES DE IDOSOS SAEM DA ALÇADA DO DCIAP

A investigação dos crimes contra idosos em lares vai deixar de estar concentrada no Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP), por decisão do Procurador-Geral da República, num momento em que existem mais de 300 inquéritos pendentes. O documento indica que "a investigação dos crimes contra idosos acolhidos/residentes em ERPI [estruturas residenciais para idosos], incluindo contra o respetivo património, será dirigida pela Procuradoria de comarca territorialmente competente". As investigações pendentes "mantêm-se naquele departamento até ao seu termo".

INE CONFIRMA SUBIDA DOS PREÇOS PARA 2,3% EM OUTUBRO

A taxa de inflação homóloga fixou-se em 2,3% em outubro, 0,2 pontos percentuais acima da registada em setembro, confirmou o Instituto Nacional de Estatística (INE). "A variação homóloga do IPC foi 2,3% em outubro de 2024, taxa superior em 0,2 pontos percentuais à registada no mês anterior. Com arredondamento a uma casa decimal, esta taxa coincide com o valor da estimativa rápida divulgada a 31 de outubro", refere o INE numa nota divulgada na quarta-feira.



Insólito da Semana ESTACIONAS MAL COMO O RAI

E se quisesse estacionar e encontrasse um carro a ocupar dois lugares? Talvez a vontade fosse mandar chamar o reboque ou a grua. Esta sugestão aconteceu em Espanha, quando um condutor estacionou de forma a ocupar dois lugares. Perante esse cenário, um outro condutor decidiu colocar um bilhete no veículo: "Estamos convencidos de que podes estacionar num só lugar, se assim quiseres. Se não, o melhor é a polícia municipal ajudar-te com o reboque. Queres que os avisemos?". O bilhete tornou-se viral nas redes sociais.

PORTUGAL REAL

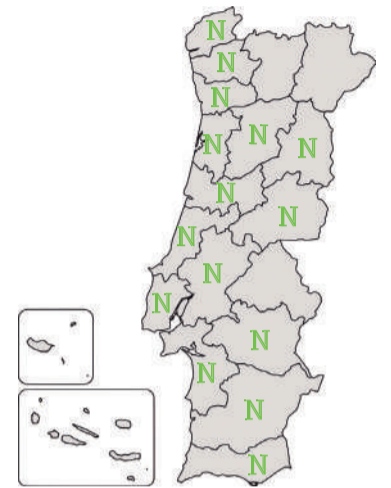
CHEGA APRESENTA PROPOSTA PARA REFORÇAR O COMBATE À CORRUPÇÃO



O CHEGA apresentou uma Proposta de Alteração ao Orçamento do Estado para 2025 (OE2025), onde solicita o reforço do combate à corrupção, fraude e criminalidade económico-financeira. A Proposta de Alteração com o número 18C, entregue no dia 4 deste mês, prevê que, em 2025, o Governo promova a certificação de entidades públicas e privadas no âmbito da ISO 37001 - SISTEMA DE GESTÃO ANTISUBORNO, no âmbito de concursos públicos promovidos pela Administração Central, Organismos

do Estado e Autarquias. "A implementação do sistema de gestão antissuborno, segundo a ISO 37001, é um grande passo para as organizações estruturarem políticas organizacionais sobre o tema. "Não se trata de modismo nem idealismo, é compromisso com o país, existindo diversos benefícios nesse processo" pode ler-se na nota justificativa desta proposta assinada pelo CHEGA. O combate à corrupção tem sido desde o início uma das maiores bandeiras do partido.

O Folha Nacional em Portugal



Cultural

'ÓSCARES DO QUEIJO' COM QUASE CINCO MIL EXEMPLARES ESTE FIM DE SEMANA EM VISEU

O World Cheese Awards, conhecido por 'Óscares do Queijo', realiza-se pela primeira vez em Portugal, de 15 a 17 de novembro, no Pavilhão Multiusos, em Viseu, com quase cinco milhares de exemplares, entre os quais 182 portugueses - uma participação recorde.

BÁRBARA BANDEIRA ELEITA MELHOR ARTISTA PORTUGUESA NOS PRÉMIOS MTV EUROPA

A cantora Bárbara Bandeira venceu, no domingo passado, o prémio Best Portuguese Act, tal como já tinha acontecido em 2022. Para a edição de 2024 dos MTV Europe Music Awards, que decorreu em Inglaterra, estavam também nomeados Bárbara Tinoco, Dillaz, Ivandro e Slow J.

ARTE EQUESTRE PORTUGUESA PROPÕE-SE A PATRIMÓNIO IMATERIAL DA HUMANIDADE

A proposta da Arte Equestre Portuguesa vai ser analisada em dezembro, na reunião do Comité intergovernamental da UNESCO, no Paraguai. "A Equitação Portuguesa é uma prática que se traduz na excelência do ensino do cavalo", indica a descrição patente no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial.

CANAL DE DENÚNCIAS

DÁ ESPAÇO À TUA VOZ E À TUA CIDADANIA!



euvi!

O canal seguro e confidencial para o cidadão. Envia-nos a tua denúncia através do e-mail euvi@folhanacional.pt

Capture o código QR e acompanhe Online ▶



N

O FOLHA NACIONAL É UMA PUBLICAÇÃO SEMANAL EM FORMATO IMPRESSO, PROPRIEDADE DO PARTIDO CHEGA. ACOMPANHA A MATRIZ DO JORNALISMO EUROPEU, DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO, DO COMBATE À CENSURA POSITIVA OU NEGATIVA E DA LUTA PELA MELHOR INFORMAÇÃO E MELHORES CONTEÚDOS. MARCA UM PENSAMENTO DE DIREITA CONSERVADORA NAS TRADIÇÕES PROGRESSISTA E AO MESMO TEMPO PATRIÓTICA EM MATÉRIA ECONÓMICA, NUMA PRÉMISSA DE QUE A ECONOMIA DEVE FUNCIONAR SEM O PESO EXCESSIVO DO ESTADO, SALVO EM MATÉRIAS DE INTERESSE NACIONAL, TAIS COMO A DEFESA NACIONAL OU A GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS, COMO A ÁGUA OU A ENERGIA. DIRIGE-SE A TODOS OS HOMENS E MULHERES DE PENSAMENTO LIVRE, QUE RESPEITEM OS VALORES FUNDAMENTAIS DA CIVILIZAÇÃO EUROPEIA, ASSENTES NA TRADIÇÃO JUDAICO-CRISTÁ.

DIRETOR NUNO VALENTE DIRETORA ADJUNTA PATRÍCIA DE CARVALHO SUBDIRETOR RICARDO DIAS PINTO EDITOR BERNARDO PESSANHA EMAIL GERAL@FOLHANACIONAL.PT TELEFONE (SEDE NACIONAL DO PARTIDO CHEGA) +351 21 396 12 44 MORADA DA REDAÇÃO E DO EDITOR (SEDE NACIONAL DO PARTIDO CHEGA) RUA MIGUEL LUPI, Nº 12, 1200-725 LISBOA NIF 515 540 420 NÚMERO DE REGISTO ERC 127829 IMPRESSÃO EMPRESA GRÁFICA FUNCHALENSE, S.A RUA DA CAPELA NOSSA SRA. DA CONCEIÇÃO 50, 2715-311 PÉRO PINHEIRO SÍTIO OFICIAL FOLHANACIONAL.PT TIRAGEM SEMANAL 28 000 UNIDADES